

REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: CONFRONTOS NARRATIVOS, ESTRATÉGIAS DE IMPOSIÇÃO E IMPACTOS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Geyso Dongley Germinari

Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO
geysog@gmail.com

Paulo Eduardo Dias de Mello

Universidade Estadual de Ponta-Grossa – UEPG
paulodemello04@gmail.com

Resumo

Este artigo aborda o processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular e a reforma do ensino médio no Brasil. A análise de cunho documental parte, por um lado, dos discursos oficiais e das suas estratégias de imposição instituidoras de consenso, e por outro lado, demonstra a forte resistência ao cenário político reformista representado por historiadores e professores organizados na Associação Nacional de História, a ANPUH. Nesse panorama de embate, problematiza-se os impactos negativos causados na disciplina de História, no âmbito da Educação Básica.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio; BNCC; Ensino de História.

Abstract

This article approaches the process of elaborating the National Curricular Common Base and the reform of high school in Brazil. On the one hand, the analysis of official discourses and their imposition strategies that establish consensus, and on the other hand, demonstrates the strong resistance to the reformist political scenario represented by historians and teachers organized in the National History Association, ANPUH. In this panorama of conflict, the negative impacts caused in the discipline of History in the scope of Basic Education are problematized.

Keywords: High School Reform; BNCC; History Teaching.

Introdução

Abordamos neste texto alguns impactos e impasses criados em torno do ensino de História na Educação Básica brasileira gerados a partir do processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular, a BNCC, iniciado em 2015, e da imposição da agenda de reforma do Ensino Médio instituída em 2017. Desde saída é preciso esclarecer que o processo de reformulação curricular e os debates em torno da reforma do Ensino Médio no país, que se desenvolviam desde o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, foram apropriados e reorientados pelas novas forças políticas e sociais que assumiram o controle do poder educacional com o impedimento da presidenta¹.

O impedimento contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016, articulado fora e dentro do parlamento e de órgãos do Estado e formulado pelas forças ligadas a Michel Temer, vice-presidente, com apoio de amplos setores do empresariado nacional e do agronegócio, de estratos da classe média, e das corporações da mídia, levou ao poder um novo projeto de governo ultraliberal que precipitou um conjunto de reformas, a começar pela proposta de reforma na Constituição Federal de 1988, feita em nome de uma suposta austeridade fiscal para conter a crise econômica

Apresentada como Projeto de Emenda Constitucional ela estabeleceu um teto que limita gastos nos setores da educação, da saúde, e outras políticas sociais. Seguiram-se em vertiginosa tramitação a reforma trabalhista e a reforma da previdência. Com a reforma trabalhista buscava-se encerrar o ciclo das relações entre capital e trabalho e suas formas de regulação desde a década de 1940 e inaugurar um novo ciclo, no qual a precarização das relações de trabalho se acentua.

A ruptura do quadro político institucional guindou uma nova coalização ao poder que passou a atuar pela descontinuidade e reversão de políticas, sequestro de direitos e subtração de conquistas sociais. Para o campo educacional a descontinuidade dos

¹ Esse processo é marcado por diferentes narrativas em confronto.

² Foram promovidas alterações nos programas do MEC, e realizadas mudanças em Conselhos e



processos de discussões e políticas em andamento se fez pelo abrupto rompimento com as instâncias representativas dos movimentos sociais, pela descaracterização de conselhos e órgãos representativos, e pela substituição de agentes políticos no interior de programas e ações inclusivas por figuras opostas e descomprometidas com essa agenda². A Reforma do Ensino Médio, proposta por medida provisória pelo atual governo, e depois aprovada pelo Congresso Nacional integra este processo forçado de mudanças e retrocessos.

Com a ruptura dos canais e processos de diálogo com setores sociais e ascensão de novos interlocutores ligados ao mercado interrompeu-se o ciclo de debates sobre a construção de políticas de Estado, tal como vinham sendo construídas nas gestões passadas do Partido dos Trabalhadores, que adotavam como foco a inclusão social. O Governo Temer apresentou o redirecionamento da agenda educacional com novas práticas e interlocutores, tendo como base o uso de um poderoso artilheiro discursivo.

Primeiro, ao desqualificar as políticas de Estado que vinham sendo construídas em debates públicos, e por intermédio de estratégias e ações de mobilização social. Tais políticas passaram a ser automaticamente identificadas como políticas enviesadas, marcadas pelo comprometimento ideológico de um governo esquerdista, que estaria submetido às orientações dos movimentos sociais de esquerda e infiltrado por agentes do sindicalismo. Em segundo lugar, articulou o discurso da reforma como tarefa necessária e urgente, que iria colocar o “país nos trilhos”. Com isso, pode ignorar debates em andamento e realizar de forma autocrática alterações nas reformas educacionais que estavam em curso e que tinham o currículo como um de seus eixos centrais, como é exemplar o caso do Ensino Médio.

Neste texto, apresentamos inicialmente alguns confrontos narrativos sobre a Reforma do Ensino Médio, a BNCC e o lugar e os sentidos do ensino de História. Os confrontos narrativos sobre o processo de reformulação curricular e da reforma do Ensino Médio revelam discursos que deliberadamente omitem ou ainda dimensionam inadequadamente os impactos das reformulações curriculares sobre as humanidades. Estes discursos foram amplamente contestados por historiadores organizados na Associação Nacional de História, a ANPUH, todavia sem produzir efeitos de reversão

² Foram promovidas alterações nos programas do MEC, e realizadas mudanças em Conselhos e Fóruns consultivos e deliberativos, como o Fórum Nacional de Educação, responsável pela coordenação da Conferência Nacional de Educação.

do quadro. Além dos confrontos, e até para contorna-los o Governo Temer utilizou-se (e vem utilizando) de várias estratégias de convencimento, adesão e imposição. Diante disso, problematizamos o processo e o projeto em curso que visa a restrição ou subtração da História a ser ensinada nas escolas, área fundamental para formação do pensamento histórico dos jovens estudantes e consequente exercício da cidadania.

Discursos em Confronto, Estratégias de Imposição e os Combates pelo Ensino de História

Vivemos, segundo alguns uma nova era da circulação de informações via redes sociais e da produção da memória histórica pública. Estes novos tempos são chamados de “era da pós-verdade”, ou mesmo “era do engano e da mentira” (Ivars, 2017). Trata-se de um neologismo que busca explicar como se produzem, se difundem e proliferam com velocidade absurda, especialmente nas redes sociais, inúmeras notícias, boatos e crenças falsas ou manipuladas sobre instituições, grupos sociais, pessoas e acontecimentos históricos. Assistimos assim a construção de narrativas oficiais que visam conformar uma memória histórica e estabelecer um consenso sobre o processo de reformas em andamento na sociedade brasileira.

Por isso, a Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei n.º 13.415/2017, pelo artigo 10, trouxe uma importante alteração do Código Brasileiro de Telecomunicações – o Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967 (art. 16). As modificações estão inscritas nos parágrafos abaixo:

“§ 2.º Os programas educacionais obrigatórios deverão ser transmitidos em horários compreendidos entre as sete e as vinte e uma horas. (Redação dada pela lei n.º 13.415, de 2017).”

§ 3.º O Ministério da Educação poderá celebrar convênios com entidades representativas do setor de radiodifusão, que visem ao cumprimento do disposto no caput, para a divulgação gratuita dos programas e ações educacionais do Ministério da Educação, bem como à definição da forma de distribuição dos programas relativos à educação básica, profissional, tecnológica e superior e a outras matérias de interesse da educação. (Incluído pela lei n.º 13.415, de 2017)” (Decreto-lei 236, 1967).

Esta alteração permitiu ao Ministério da Educação (MEC) veicular amplamente as matérias e propagandas que visavam propalar o discurso do MEC sobre a Reforma em curso em horário nobre da televisão e utilizar outras mídias. Assim, a reforma do Ensino Médio e a elaboração da BNCC foram acompanhadas de ampla campanha



publicitária, cujas peças foram veiculadas intensamente durante todo o período de discussões dos documentos e propostas. E qual foi o discurso do MEC veiculado nessas propagandas? O discurso da reforma, como tentativa de reconciliação, dos adolescentes e seus sonhos e expectativas, a escola e as expectativas do mercado e do novo modelo de desenvolvimento econômico:

“A reforma do ensino médio é uma mudança na estrutura do sistema atual do ensino médio. Trata-se de um instrumento fundamental para a melhoria da educação no país. Ao propor a flexibilização da grade curricular, o novo modelo permitirá que o estudante escolha a área de conhecimento para aprofundar seus estudos. A nova estrutura terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas (Base Nacional Comum Curricular) e outra parte flexível. Com isso, o ensino médio aproximará ainda mais a escola da realidade dos estudantes à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho. E, sobretudo, permitirá que cada um siga o caminho de suas vocações e sonhos, seja para seguir os estudos no nível superior, seja para entrar no mundo do trabalho”. (Ministério de Educação, Novo Ensino Médio, 2017).

Este discurso articula astuciosamente itinerários formativos, flexibilidade, mercado de trabalho, sonhos, participação democrática, mudanças no ENEM, aproximação do currículo com a realidade do aluno, direitos de aprendizagem, protagonismo juvenil. Há um apelo para uma compreensão das demandas do jovem numa sociedade de mercado, que se apropria do discurso sobre protagonismo, e oferece como resposta a flexibilização.

Isso aponta para a desconexão entre a escola e as demandas do novo mercado capitalista. Identifica o currículo disciplinar e seu “inchaço” como razões básicas da crise do modelo escolar vigente, e indica a sua defesa como uma reação corporativa de docentes e ultrapassada do ponto de vista da epistemologia. Com a reforma e a nova base curricular isto se resolveria, pois, cada Estado da federação poderá organizar o currículo de sua rede de escolas considerando a flexibilidade da BNCC para atender as demandas dos jovens, que terão, assim maiores chances de fazer suas escolhas e construir seu projeto de vida.

Diante do veiculado pelo discurso oficial, ser contrário à reforma do Ensino Médio proposto é ser corporativista; é se opor a que o jovem seja protagonista de sua própria história e possa assumir escolhas; é postular a permanência de um currículo antiquado e inadequado à dinâmica das economias flexíveis e globalizadas; é aferrar-se a modelos ultrapassados do ensinar e aprender desconectados das novas



tecnologias e novas formas de relação com o conhecimento.

O que o discurso oficial sobre a Reforma do Ensino Médio omite é que disciplinas fundamentais do currículo, especialmente a História foi relegada a uma posição secundária no rol dos “componentes curriculares”, deixando de ser disciplina obrigatória do currículo do Ensino Médio. Assim,

“[...] nesse novo arranjo curricular a oferta da disciplina de História deixa de ser obrigatória, podendo ser ofertada na área de conhecimento “Ciências humanas e sociais aplicadas”, juntamente com outras disciplinas, cujos objetivos de aprendizagem, competências e habilidades serão definidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE)”. (Germinari, 2018, p. 253. Grifos do autor).

Sobre a questão, a Associação Nacional de História, a ANPUH, entidade que reúne pesquisadores e docentes do ensino História do Ensino Superior e da Educação Básica, produziu uma carta aberta com a seguinte denúncia:

“A História, como disciplina escolar, integra o currículo do ensino brasileiro desde o século XIX. Sua presença, considerada fundamental para a formação da cidadania, foi gravemente ameaçada no período da Ditadura Militar, quando se deu a diluição da História na instituição dos Estudos Sociais.

A Medida Provisória nº 746/2016, aprovada pelo Congresso Nacional, que instaura a Reforma do Ensino Médio, comete grave equívoco ao omitir do texto legal qualquer referência à disciplina, e, principalmente, ao excluí-la da relação de componentes curriculares obrigatórios, instalando fortes incertezas sobre a presença da história nesse nível de ensino.

Não menos preocupante é o rebaixamento das exigências para o exercício da profissão docente, com a admissão de “profissionais com notório saber”. Além disso, na prática, a Reforma do Ensino Médio está sendo subordinada a um documento (BNCC) que ainda não está concluído, cujo conteúdo final é desconhecido, e que é posto como referência para a formação de professores.

Diante do exposto, contesta a aprovação da Reforma do Ensino Médio sem consulta a sociedade e, em particular, os professores. E também reivindica, com muita ênfase, a definição da História como componente curricular obrigatório no Ensino Médio”. (ANPUH, 2018).



A ANPUH³ teve papel ativo nas discussões da Base Nacional Comum Curricular, buscando interlocução qualificada e institucional junto ao MEC em todas as etapas de sua formulação, e produzindo análises críticas sobre suas versões preliminares. Seu apelo e sua denúncia sobre ausência da obrigatoriedade da disciplina na Reforma do Ensino Médio resulta de um longo processo de busca de interlocução e resistência. Mas, a entidade dos historiadores foi tragada pelo processo autoritário de discussão que se instala após o impedimento da Presidenta Dilma Roussef.

Desde a primeira versão da BNCC, disponibilizada para consulta pública entre outubro de 2015 e março de 2016, a ANPUH se mobilizou para o debate em torno do documento aproveitando a agenda de eventos e reuniões da entidade. Dessa forma, em novembro de 2015, por ocasião da Jornada de História sobre a BNCC⁴, promovida pela ANPUH – Seção Regional do Rio de Janeiro foi organizado um documento que revelava a perplexidade com a forma como estava sendo encaminhado o processo de elaboração documento curricular pelo MEC e propunha:

“Diante da seriedade e complexidade do exposto acima, vimos solicitar que a Associação Nacional de História encaminhe as seguintes solicitações ao Ministério da Educação:

- 1) Ampliação do prazo de discussão da Base Nacional Comum Curricular e construção de um novo calendário nacional;*
- 2) Solicitação de alteração ou pelo menos de ampliação da equipe de História da BNCC,*

³ A ANPUH é uma entidade que congrega profissionais da graduação e da pós-graduação em História, professores dos ensinos fundamental e médio e profissionais atuantes nos arquivos públicos e privados e em instituições de patrimônio e memória espalhadas por todo o país. Seu quadro atual de associados possui mais de 5.000 membros e reflete a diversidade de espaços e trabalho hoje ocupados pelos historiadores em nossa sociedade. Fundada em 1961, desde então nossa entidade tem atuado com destaque em questões relacionadas à profissionalização e à defesa do ensino e da pesquisa na área de História, acompanhando e pautando políticas públicas na área da Educação Superior, da Educação Básica, da cultura e da memória. Seus objetivos são: O aperfeiçoamento do ensino de História em seus diversos níveis; b. O estudo, a pesquisa e a divulgação de assuntos de História; c. A defesa das fontes e manifestações culturais de interesse dos estudos históricos; d. A defesa do livre exercício das atividades dos profissionais de História; e a representação da comunidade dos profissionais de História perante instâncias administrativas, legislativas, órgãos financiadores e planejadores, entidades científicas ou acadêmicas. A cada dois anos, a ANPUH realiza seu Simpósio Nacional de História, o maior e mais importante evento da área de história no país e na América Latina.

⁴ Evento realizado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, que contou com a participação de professores das seguintes instituições: UFF, UFRJ, UFRRJ, PUC-Rio, UERJ, Fundação Getúlio Vargas, IFRJ, Colégio Pedro II, IUPERJ, Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro e Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe).

que deverá contemplar diferentes subáreas de conhecimento da História, garantindo a interface entre a produção acadêmica e o ensino escolar;

3) Consideração da incorporação da ampla experiência acumulada do PIBID, por meio de seus coordenadores e dos professores envolvidos, na elaboração e na agenda de discussão da BNCC;

4) Criação de condições para uma rediscussão ampliada dos fundamentos do componente curricular de História;

5) Estabelecimento de diálogo com outras instituições científicas, em especial das Ciências Humanas, e formulação de um documento comum para encaminhamento ao MEC, acerca da BNCC". (ANPUH, RJ, 2015).

Em dezembro de 2015, a entidade solicitou uma audiência com o então Secretário de Educação Básica, Sr. Manoel Palácios da Cunha e Melo, para avaliar a primeira versão do documento e apresentar as seguintes reivindicações: a alteração do calendário de debates para ampliação do prazo de discussões sobre o documento; construção de uma agenda de debates com o credenciamento formal das entidades científicas para participação formal neste processo; e a ampliação da interlocução do grupo de especialistas que elaboravam o documento de História, com as diferentes subáreas da História.

A audiência foi realizada em janeiro de 2016, em seguida, em fevereiro, um grupo de historiadores⁵ associados à ANPUH esteve em Brasília para realizar um diálogo com a equipe de elaboração do documento. Deste diálogo inicial foi produzido um documento intitulado *Carta de Intenções*, que prescrevia as seguintes recomendações para elaboração da segunda versão do documento preliminar do componente História/BNCC:

"1) Não reforce as dicotomias tradicionais entre pesquisadores de Ensino de História e de outras áreas da historiografia, buscando arrefecer a clivagem e ampliar o diálogo entre as áreas, contribuindo para dirimir o descompasso identificado em muitas críticas e incorporando os debates historiográficos mais recentes.

2) Ressalte a temporalidade como eixo central do conhecimento histórico, não se

⁵ Representando a Associação, estavam presentes os Profs. Drs. Antonio José Barbosa (UnB), Gabriel Passetti (UFF), Regina Horta Duarte (UFMG) e Alexandre Santos de Moraes (UFF), além da Profa. Lucília de Almeida Neves Delgado (UFMG/UnB)), vice-presidente da Associação. Representando os especialistas do documento estavam presentes os Profs. Drs. Mauro César Coelho (UFPA), Itamar Freitas (UnB) e Cláudia Ricci (UFMG). As reuniões contaram com a participação da Profa. Hilda Micarelo (UFJF), coordenadora da BNCC.



resumindo à cronologia, periodização e linearidade, assegurando a importância da diacronia, das permanências, mudanças, semelhanças e diferenças para a construção do raciocínio histórico.

3) Mantenha a ênfase em História do Brasil, dada a importância de seu conhecimento para a formação dos estudantes. Deve-se evitar, entretanto, que outras experiências e temporalidades sejam estudadas somente pela perspectiva nacional brasileira.

4) Afirme a necessidade dos estudos da História Europeia, inclusive quando forem necessárias as conexões para o entendimento da História do Brasil, assegurando a manutenção da crítica ao eurocentrismo.

5) Contemple os conteúdos de História Antiga e Medieval.

6) Contemple as conexões e ou confrontos inter/entre os espaços europeus e americanos.

7) Contemple elementos formadores da contemporaneidade.

8) Expresse uma revisão do tema da cidadania com base nas críticas e sugestões recebidas". (ANPUH, 2016a)

Posteriormente, os pontos acima assinalados foram incorporados ao documento denominado *Manifestação Pública da ANPUH sobre a BNCC*, que foi lançado em março de 2016. Este documento resultou de um seminário interno da entidade, que reuniu em sua sede os representantes da diretoria e diretores de todas as seções regionais. Para contribuir para esse processo foi desencadeado um amplo ciclo de debates, em eventos e seminários específicos, envolvendo o conjunto das seções regionais, e Grupos de Trabalho da entidade, com a indicação da produção de documentos contendo análise crítica da primeira versão da BNCC.

O documento *Manifestação Pública da ANPUH sobre a BNCC* destaca que a ANPUH apoiava a construção de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas advertia que rejeitava seu caráter prescritivo e sua subordinação às metas relacionadas ao fluxo escolar, ao controle vertical do trabalho docente e à obtenção de resultados em testes como o Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM. O documento analisa a primeira versão em suas diferentes dimensões destacando o caráter genéricos dos objetivos; as relações estabelecidas entre a formação para cidadania e a formação cívica, centrada apenas no culto aos símbolos nacionais; ausência de discussões sobre o papel do ensino de História na formação intelectual do aluno; o caráter problemático do uso inadequado de conceitos históricos; a supressão de noções fundamentais para a compreensão do conceito de tempo histórico; a forma insuficiente e contraditória da crítica à perspectiva eurocêntrica da História; a ausência de referências à História Antiga e Medieval; a forma incompleta e

parcial de inserção das temáticas relativas às culturas afro-brasileiras e indígena, em conformidade à legislação (Leis 10.639/2003 e 11.645/2008); ausência dos elementos conformadores da contemporaneidade vinculados ao desenvolvimento do capitalismo, termos tais como capitalismo, capital e burguesia estão inteiramente ausentes da proposta, abolindo do estudo de História conceitos fundamentais para a compreensão da contemporaneidade; por fim, no que se refere à História do Brasil, como eixo central da BNCC, a justificativa dessa escolha carece de argumentos mais sólidos, de modo a se evitar que seja interpretada como proposta meramente nacionalista.

O documento, por fim, apresenta as seguintes sugestões:

“Após leitura atenta e muita discussão em torno do documento, representantes da ANPUH que participaram dos debates, sugerem que, no processo de revisão da BNCC sejam levadas em conta as seguintes observações:

a) a redação do documento não prima pela clareza, tanto no que se refere à exposição dos objetivos, como na argumentação sobre as escolhas de conteúdos correspondentes a eles; cabe, portanto, uma revisão do texto;

b) detectamos problemas na formulação e utilização de conceitos. Sugerimos que eles sejam revistos levando em conta as revisões historiográficas das últimas décadas;

c) avaliamos que existem problemas de concatenação dos objetivos de aprendizagem ao longo dos anos escolares;

d) consideramos que a ausência de problematização e reflexão crítica em relação ao conhecimento histórico fragiliza a proposta na sua totalidade. Tal questão deveria ser levada em conta pelos revisores do texto porque essas ausências sugerem uma concepção de história bastante questionável;

e) cabe observar que a falta de transparência com relação aos critérios de escolha dos membros da equipe encarregada da produção do documento e a ausência de diálogo com representantes das associações, grupos de trabalho (GTs), coordenadores de projetos relacionados a temas de história abordados no documento explicam, em parte, os problemas detectados em relação à primeira versão do documento. Há, portanto, uma expectativa de que sejam abertos canais de comunicação entre representantes da equipe e a comunidade dos historiadores”. (ANPUH, 2016b)

Já em maio de 2016, o MEC disponibilizou a segunda versão da BNCC. A versão publicada praticamente não trouxe avanços na direção apontada pela ANPUH e pelos diversos setores por ela mobilizados. A entidade passou então a acompanhar o processo de discussões da BNCC, e seus desdobramentos. Por isso, em 31 de maio de 2016 encaminhou um documento intitulado “Carta da ANPUH aos membros da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados”, na qual manifestou sua



preocupação sobre a forma como estavam sendo organizados os debates naquela casa acerca dos conteúdos de Ciências Humanas, uma vez que a mesa constituída para discutir o tema era composta majoritariamente por membros do movimento “Escola sem Partido”, caracterizando um debate parcial e excludente de outros pontos de vista.

A discussão sobre a segunda versão da BNCC viria a ser retomada em 29 junho de 2016, com a publicação no site da associação, de uma *Nota sobre a segunda versão da BNCC*. O documento, redigido por docentes do departamento de História da UERJ, faz uma análise acurada das modificações feitas entre a primeira e a segunda versão, concluindo que,

“[...] Por fim, fica a impressão de que a estratégia da equipe responsável pelo componente curricular História foi a exclusão da proposta anterior em bloco e sua substituição por um currículo de viés tradicional e com poucas surpresas para além de suas ausências. O enfoque cronológico e a permanência da "grande narrativa" centrada no processo histórico de matriz europeia são os principais sintomas dessa permanência da tradição. Nesse caso, lamentamos o descarte, uma vez que a primeira versão provocou um interessante debate entre historiadores de várias regiões e atuantes em diferentes esferas do ensino. De modo algum, compreendemos que as críticas realizadas à primeira versão clamavam por um retrocesso, identificado nessa leitura do conteúdo para a área de História. Acreditávamos no avanço das discussões, corrigindo os rumos da Base, sobretudo no que se referia às graves ausências que vigoravam no primeiro documento. O currículo apresentado não avança na execução das leis 10.639/2003 e 11.645/2008; não apresenta uma via de desconstrução da visão eurocêntrica da história e não possibilita uma reflexão acerca da natureza deste conhecimento a partir de sua imbricada relação com o tempo”. (ANPUH, 2016c)

A ANPUH passou então a publicar um conjunto de outras manifestações de setores da entidade acerca do processo e conteúdo da discussão da 2ª versão da BNCC, tal como estava sendo desenvolvido pelo MEC na forma de Seminários Estaduais. Assim, em agosto de 2016, a ANPUH publicou em seu site a *Carta das professoras, professores e estudantes que compõem o grupo de trabalho do componente História sobre a organização e formato do Seminário Estadual da BNCC sediado no Rio de Janeiro*. O documento consiste no resultado de uma estratégia de resistência dos professores ao processo desenvolvido durante o Seminário, caracterizando-se por uma decisão coletiva dos participantes pelo não-preenchimento do formulário e a elaboração de um documento avaliando a BNCC e o Seminário. A

carta apresenta várias críticas à BNCC, dentre as quais vale destacar que,

“Os conteúdos relativos a história dos povos africanos e americanos deveriam ser abordados a partir de uma perspectiva própria dos sujeitos americanos e africanos, e não a partir dos contatos desses povos com o processo de expansão europeu na Idade Moderna tal como está no documento, não contemplando as leis 10.639/2003 e 11.645/2008”. (ANPUH, RJ, 2016)

O impedimento da Presidenta Dilma Roussef viria alterar drasticamente o processo de elaboração da BNCC. Em julho de 2016, o MEC lançou a Portaria n.º 790, de 27 de julho de 2016, instituindo um Comitê Gestor da Base Nacional Curricular Comum e Reforma do Ensino Médio. Este Comitê deu início a construção da 3ª versão da BNCC, com uma nova equipe de elaboração, de forma articulada à reforma imposta por meio de Medida Provisória ao Ensino Médio. A ANPUH lançou em fevereiro de 2017 um manifesto contrário à MPV 746/2016, destacando que

“Em nome do “enxugamento curricular”, os proponentes da MP consideram legítimo restringir a formação básica comum, direito de todo estudante. O corte seletivo nas disciplinas que “não estão alinhadas ao mundo do trabalho” compromete a formação de uma consciência crítica para uma cidadania ativa garantida pelas disciplinas, dentre outras, a História, até então obrigatórias. Dessa forma, uma parcela significativa de estudantes não terá conhecimento de questões fundamentais para a compreensão das sociedades em que vivem”. (ANPUH, 2016d)

Posteriormente, quando da aprovação da Lei n.º 13.415/2017, a ANPUH se pronunciou através de uma *Carta Aberta pela obrigatoriedade da História no Ensino Médio*. Na Carta, a entidade denuncia que a Lei aprovada pelo Congresso Nacional, que instaura a Reforma do Ensino Médio, comete grave equívoco ao omitir do texto legal qualquer referência à disciplina de História, e, principalmente, ao excluí-la da relação de componentes curriculares obrigatórios, instalando fortes incertezas sobre a presença da História nesse nível de ensino (ANPUH, 2017).

Também ressalta que não menos preocupante é o rebaixamento das exigências para o exercício da profissão docente, ao permitir a admissão de "profissionais com notório saber". Além disso, critica como na prática, a Reforma do Ensino Médio está sendo subordinada a um documento (BNCC) não concluído, e, portanto, cujo conteúdo final era, e ainda é, desconhecido, mas que está indicado como referência para a formação de professores.



Finalmente, em abril de 2017, o MEC entregou a versão final da BNCC ao Conselho Nacional de Educação (CNE) tornando público o documento. Nesse ínterim, a ANPUH não deixou de promover várias discussões e debates sobre o documento. E, principalmente, se credenciou e mobilizou suas seções regionais para participação nas audiências públicas agendadas pelo CNE para discussão da BNCC. A ANPUH assim agiu por entender o CNE como espaço decisivo de debates e deliberações cruciais sobre a BNCC e seus impactos sobre a formação de professores e a produção de materiais didáticos. Por isso, a ANPUH se fez presente nesse processo, participando por meio de suas regionais de todas as audiências públicas promovidas pelo CNE, sempre se posicionando criticamente em defesa dos princípios de uma educação democrática e pelo ensino de História.

Na audiência pública da região Sudeste, realizada em São Paulo, em 25 de agosto, a entidade por meio de sua seção regional, e consolidada no documento ANPUH-SP na Audiência sobre a Base Nacional Comum Curricular (ANPUH, SP, 2017). Os representantes da entidade iniciaram a arguição manifestando discordância sobre a concepção difundida em declaração pública manifesta pela secretária do MEC de que de que “a Base não é currículo” e de que se trata apenas de uma “referência nacional para a definição dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados”⁶ (Castro, 2017). O documento apresentado pela seção de São Paulo na audiência divergia desse pronunciamento feito pela secretária do MEC, indicando que,

“É nosso entendimento, a partir das concepções historicamente constituídas de currículo, que discutimos aqui, sim, um currículo já antecipadamente definido por gestores, organizações e políticos comprometidos com ordem mundial do capitalismo em seus múltiplos enredamentos com as políticas de governo de um Estado gerenciador de interesses privados. Essa submissão fica explícita quando lembramos que há exatamente uma semana, dia 18 de agosto, o Conselho Nacional de Secretarias de Educação (CONSED) divulgava em evento da entidade ocorrido em Belo Horizonte o Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular elaborado pelo Movimento pela Base Nacional Comum. O Guia é explícito ao afirmar que não há necessidade de aguardar a homologação da BNCC para se iniciar a implantação e orienta sobre os procedimentos, ainda que sequer as audiências, análises e pareceres do Conselho

⁶ Afirmação registrada no site oficial da Base e reiterada pela Secretária Executiva do MEC em: A definição como referência nacional encontra-se também no documento oficial da terceira versão da BNCC: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Versão 3. Brasília-DF: MEC, 2017. p. 8.



Nacional de Educação estejam concluídas”. (ANPUH, 2017)

O documento ANPUH-SP na Audiência sobre a Base Nacional Comum Curricular, conciso e bastante contundente, revela uma preocupação da entidade quanto às restrições que se estabeleciam aos princípios de autonomia dos professores quanto aos procedimentos de ensino e aprendizagem, considerando a possibilidade de selecionar conteúdos que atendessem às expectativas de alunos de diferentes condições sociais, econômicas e culturais.

“Contrariamente a estes pressupostos a BNCC de História reduz ou elimina as possibilidades de estudos das histórias locais relacionadas aos processos históricos mais abrangentes. Mantém para os anos iniciais uma organização de tempo cronológico e limitado ao grupo familiar; mantém as festividades de datas cívicas como marco da compreensão da história nacional; mantém ainda para as séries posteriores do ensino fundamental uma abordagem eurocêntrica da história, que mais uma vez descarta a possibilidade de entendimento mais amplo da história da sociedade brasileira inserida nas sociedades americanas em sua diversidade cultural, social e econômica; mantém reiteradamente o estudo do Brasil a partir de uma suposta dimensão periférica no sistema capitalista. Neste sentido a lógica da história do capitalismo se mantém ao delimitar estudos da Antiguidade apenas articulados ao conceito de “civilização” que elimina outros povos”. (ANPUH, SP, 2017b)

Além disso, o documento ANPUH-SP manifestou duas preocupações sobre os recortes de adotados na 3ª versão da BNCC, e os limites que eles implicam

“[...] em relação a uma seleção de conteúdos que reitera a ênfase no estudo histórico centrado nos feitos do progresso do capitalismo e limita a possibilidade de estudos históricos pautados em outras possibilidades de abordagem, fartamente demonstradas na historiografia. Também limita uma formação política ao evitar estudos do tempo presente uma vez que delimita os estudos da política brasileira que não podem ultrapassar a década de 1980”. (Ministério da Educação, 2017, p. 7)

Por fim, o documento da ANPUH-SP, apresentado na audiência em São Paulo, expressa com vigor sua preocupação com o processo de elaboração, discussão e implementação da BNCC, pois

“Analisado em seu conjunto, esse processo compromete os princípios democráticos fundamentais para a constituição de bases sociais efetivamente emancipadoras, pautadas no conhecimento crítico da sociedade e de sua história, sem submissões a



valores e compromissos não educacionais e sem fortes vínculos sociais. Entendemos ser a Base configurada de modo a reforçar e, mais grave ainda, naturalizar concepções e valores individualistas que estimulam desigualdades, concorrências, ranqueamentos, “empreendedorismos”, em detrimentos de valores comprometidos com a democracia, com a solidariedade, com a colaboração mútua, com a diversidade de pensamento, convertendo-se na prática em instrumento contrário aos princípios que enuncia: “direcionar a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”.⁷ Fossem esses princípios de fato os norteadores da proposta poderíamos estar nesta audiência saudando a iniciativa”. (ANPUH, SP, 2017a)

Considerações Finais

Apresentamos aqui processos e debates em torno da reformulação do Ensino Médio na educação brasileira, com destaque aos debates e, principalmente às críticas formuladas por historiadores, docentes da educação básica e superior vinculados à ANPUH.

Há inúmeras dúvidas sobre os riscos (alguns potenciais e outros concretos) que a reforma e a BNCC trazem para a condição docente e para formação histórica dos jovens estudantes. A não obrigatoriedade da oferta da disciplina de História no Ensino Médio fere o direito de acesso à educação integral, tendo como consequência a inserção precária dos jovens aos debates históricos contemporâneas fundamentais para exercício pleno da cidadania.

Por fim, entendemos que, o trabalho com o conhecimento histórico na escola oportuniza aos jovens transcenderem orientações temporais presentes no senso comum, no meio familiar, nas diferentes sociabilidades públicas, nas mídias e redes sociais, no sentido, da constituição de reflexão crítica acerca da relação passado e presente.

Referências Bibliográficas

ANPUH. Associação Nacional de História. *ANPUH divulga Carta em defesa do ensino de História*. (2017). Recuperado em 08 de agosto de 2018 de <https://ctbrj>.

⁷ Ministério Da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Versão 3. Brasília-DF: MEC, 2017. p. 7.

wordpress.com/2017/02/17/anpuh-divulga-carta-em-defesa-do-ensino-de-historia/.

- ANPUH. Associação Nacional de História. (2016a). *Colaboração da ANPUH BRASIL na revisão da proposta da BNCC. Carta de Intenções*. Recuperado em 08 de agosto de 2018 de <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/3307-colaboracao-da-anpuh-nacional-na-revistao-da-proposta-da-bncc>
- ANPUH. Associação Nacional de História. (2016b). *Manifestação Pública da ANPUH sobre a Base Nacional Comum Curricular*. Recuperado em 08 de agosto de 2018 de <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/3352-manifestacao-publica-da-anpuh-sobre-a-base-nacional-comum-curricular>
- ANPUH. Associação Nacional de História. (2016c). *Nota sobre a segunda versão da BNCC*. Recuperado em 08 de agosto de 2018 de <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/diversas/item/3574-nota-sobre-a-segunda-versao-da-bncc>
- ANPUH. Associação Nacional de História. (2016d). *ANPUH se posiciona em NOTA contra reforma do Ensino do 'governo' Temer*. Recuperado em 08 de agosto de 2018 de <https://racismoambiental.net.br/2016/10/03/anpuh-se-posiciona-em-nota-contra-reforma-do-ensino-do-governo-temer/>
- ANPUH, SP. Associação Nacional de História. Seção São Paulo. (2017a). *ANPUH-SP na Audiência sobre a Base Nacional Comum Curricular*. Recuperado em 08 de agosto de 2018 de <https://anpuh.org.br/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/4303-anpuh-sp-na-audiencia-sobre-a-base-nacional-comum-curricular>
- ANPUH, SP. Associação Nacional de História. Seção São Paulo. (2017b). *Carta da Diretoria da Associação Nacional de História ao Conselho Nacional de Educação – CNE: reflexões e subsídios da ANPUH a respeito da BNCC*. Recuperado em 08 de agosto de 2018 de <https://anpuh.org.br/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/4484-carta-da-diretoria-da-associacao-nacional-de-historia-ao-conselho-nacional-de-educacao-cne-reflexoes-e-subsidios-da-anpuh-a-respeito-da-bncc>
- ANPUH, RJ. Associação Nacional de História. Seção Rio de Janeiro. (2015). *Carta crítica da ANPUH-RIO à composição do componente curricular HISTÓRIA na BNCC*. Recuperado em 08 de agosto de 2018 de



<https://anpuh.org.br/index.php/bncc-historia/item/3124-carta-critica-da-anpuh-rio-a-composicao-do-componente-curricular-historia-na-bncc>

ANPUH, RJ. Associação Nacional de História. Seção Rio de Janeiro. (2016). *Carta das professoras, professores e estudantes que compõem o grupo de trabalho do componente História sobre a organização e formato do Seminário Estadual da BNCC sediado no Rio de Janeiro*. Recuperado em 08 de agosto de 2018 de <https://anpuh.org.br/index.php/bncc-historia/item/3672-carta-sobre-o-seminario-estadual-da-bncc-sediado-no-rio-de-janeiro>

Decreto-lei n. 236, de 28 de fevereiro de 1967 (1967). Recuperado em 04 de agosto de 2018, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10236.htm.

Castro, M. Helena G. de. *A Base não é currículo*. O Globo. Recuperado em, 12 de abril de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opinia0/a-base-nao-curriculo-21194267>.

Germinari, G. D. (2018). Reforma do ensino médio no Brasil: o caso da disciplina de História e as implicações para aprendizagem Histórica. *Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional*, 13 (33), 252-267.

Ivars, J. S. *De la posverdad a la poscensura: obsesionados con no ofender*. 2017. Recuperado em 26 agosto de 2017 de <http://www.elmundo.es/papel/historias/2017/04/30/5901ea48268e3e2c078b45c3.html>.

Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (2003). *Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências*. Recuperado em 06 agosto, 2018, de http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.639.htm

Lei n 11.645, de 10 março de 2008 (2008). *Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"*. Recuperado em 06 de agosto de 2018, de http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm

Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (2017). *Altera as Leis nº 9.394, de 20, de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-*



Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1987; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo integral. Recuperado em 14 de outubro de 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015018/2017/lei/L13415.htm

Portaria n. 790, de 27 de julho de 2016 (2016). *Institui o Comitê Gestor da Base Nacional Curricular Comum e reforma do Ensino Médio.* Recuperado em 06 agosto, 2018, de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=46471-link-port-790-base-curricular-pdf&category_slug=julho-2016-pdf&Itemid=30192.

Ministério de Educação. (2017a) *Novo Ensino médio: dúvidas.* Recuperado em 31 de agosto de 2017 de http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem_01.

Ministério Da Educação. (2017b). *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base.* Versão 3. Brasília-DF: MEC. Recuperado em 06 agosto, 2018, de <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>